

Lançamento do “Fórum para o Debate Europeu”

Intervenção do Primeiro Ministro Engº José Sócrates

31-3-2006

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhor Secretário de Estado,
Senhor Presidente do Fórum Dr. António Vitorino,
Senhoras e Senhores Deputados,
Distintos membros do Fórum,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

1. O Fórum: o debate europeu em Portugal

O Governo português assumiu o compromisso de realizar uma consulta popular sobre o Tratado Constitucional aprovado pelos líderes europeus em Junho de 2004.

Com este compromisso procurámos, antes de mais, dar aos cidadãos portugueses a possibilidade de se expressarem directamente sobre a participação de Portugal no projecto europeu. É importante que os futuros passos mais significativos neste domínio possam continuar a ser dados em perfeita consonância com o sentido geral da opinião dos portugueses.

Mas a realização de um referendo teria outra vantagem inegável. Um referendo iria estimular um debate público nacional em torno de temas europeus, levando para a esfera pública temas que nos afectam diariamente mas que – há que reconhecê-lo – muitas vezes são debatidos apenas entre iniciados. Um debate público, com os cidadãos no seu centro, era, e é, um dos nossos principais objectivos.

Contudo, na sequência dos dois referendos negativos em França e na Holanda, o Conselho Europeu determinou a abertura de “um período de reflexão”. À luz da Declaração então aprovada, o Governo português adiou o referendo. Fê-lo por considerar que os próximos passos precisam de ser dados de forma concertada entre todos os Estados membros.

Mas a utilidade de um debate sobre a Europa não diminuiu com o adiamento das ratificações e dos referendos. Pelo contrário, o momento actual reforça a necessidade de um debate.

O momento actual é marcado, na Europa, para além do impasse do Tratado Constitucional, por um longo período de reduzido dinamismo económico, de dúvidas e de ambiguidades sobre o seu sistema social e por um desemprego que todos reconhecem como demasiado acentuado.

Tudo isto dá azo a uma tendência para salientar os aspectos mais controversos do processo de integração, esquecendo, quase que inconscientemente, os seus benefícios.

É também por esta razão que o Governo está empenhado em criar as condições para um amplo debate sobre a Europa em Portugal. Queremos que este debate não se cinja ao Tratado Constitucional. A discussão deve cobrir outras questões, que preocupam os cidadãos, desde o modelo social europeu, os desafios da globalização, o crescimento económico, o emprego, a adaptação da estrutura dos recursos financeiros europeus a estas novas realidades, ou o alargamento das fronteiras da União.

Não devemos escamotear um facto. Estas questões tiveram um peso importante nos resultados negativos nos referendos em França e na Holanda e devem estar presentes não apenas num debate alargado sobre a Europa, como também numa análise cuidada das causas e das consequências da rejeição do Tratado Constitucional nestes países.

O principal objectivo deste debate deve ser o de aproximar a Europa dos cidadãos e os próprios cidadãos da Europa. E caberá naturalmente ao Governo um papel central na preparação, na condução e na criação de condições para que este debate sobre as grandes questões europeias tenha lugar.

Devemos procurar dinamizá-lo e fazer os possíveis para que chegue a todos os quadrantes da sociedade portuguesa.

Mas este debate, como já foi referido, implica igualmente uma mobilização de todas as entidades, públicas e privadas, dos parceiros sociais, das instituições, dos múltiplos sectores da sociedade civil, da Assembleia da República e dos partidos políticos. Só assim poderá ser verdadeiramente abrangente.

Foi este o espírito que motivou o Governo português a tomar a iniciativa de lançar este “Fórum para o Debate Europeu”, presidido pelo Dr. António Vitorino, e constituído por um número assinalável de personalidades que vão desde a política à economia, passando pelo meio académico, pelo jornalismo e pela diplomacia.

O objectivo deste Fórum não é de que os seus membros debatam entre si as questões europeias. Isso poderia ter, sem dúvida, interesse dado tratar-se de personalidades com um profundo conhecimento das questões europeias – mas esse não é o nosso propósito. O objectivo é que estas personalidades, com os seus conhecimentos, levem o debate aos cidadãos, nos vários pontos do país e não apenas em Lisboa ou Porto.

1.2 Uma primeira razão para o debate: O Tratado Constitucional

Estará presente no debate, naturalmente, o projecto de Tratado Constitucional. O momento actual é, todos o sabemos, de indefinição sobre o destino do Tratado. A verdade é uma: não temos condições de saber, hoje, se o Tratado Constitucional vai ou não vingar.

Creio que não nos devemos precipitar a este respeito e devemos, acima de tudo, ter a noção de que o futuro desta questão depende de uma decisão colectiva de todos os Estados membros. A solução não depende de um único Estado membro, nem mesmo de um grupo de Estados membros, razão pela qual não considero útil a proclamação de sentenças finais sobre esta questão, sem que previamente haja uma coordenação cuidada no seio da União Europeia.

Os debates que estão a decorrer nos Estados membros irão constituir um contributo importante para a necessária coordenação a nível da União Europeia. Os resultados do debate nacional irão, estou certo, dar orientações importantes para a posição do Governo nas instâncias da União.

Mas, apesar da indefinição do momento, não quero fugir ao tema do Tratado Constitucional. Afinal, isso seria contrariar a própria ideia de debate.

Como é sabido, o Governo português apoiou – e apoia – o texto do Tratado.

Com efeito, se olharmos para a integração europeia, e em particular para os seus últimos vinte anos - precisamente tantos quantos Portugal leva de adesão – nesse período, dizia eu, o processo de integração europeia alargou-se, passando de 12 para 27 Estados membros, e atravessou um forte aprofundamento.

A União Europeia é, hoje em dia, muito mais do que um projecto meramente económico e comercial, antes tratando-se de um verdadeiro compromisso de integração política, económica e social único entre Estados. Ao longo da sua evolução recente a União Europeia desenvolveu as suas políticas internas, estabeleceu um conceito real e concreto de cidadania europeia e reforçou a sua vertente de política externa, procurando projectar para o exterior, de forma coerente, uma visão do globo assente nos valores da paz, dos Direitos Humanos, da democracia e do Estado de Direito.

O projecto de elaboração de um Tratado Constitucional para a União Europeia surge precisamente da constatação da evolução que a Europa tem tido.

Com efeito, creio ter-se tornado indispensável que uma Europa que se encontra presente na vida de todos os dias dos cidadãos se consiga apresentar de forma clara e transparente. A ambição de um Tratado Constitucional da União Europeia deve ser o da simplificação e transparência do processo comunitário, da democraticidade e eficácia do seu método de decisão, e do reforço e consistência da acção da União.

Estas são questões que, espero, possam ser aprofundadas no debate nacional. Devo reafirmar, contudo, a minha convicção de que o equilíbrio do presente texto procura precisamente atingir esses objectivos:

- Confirma e potencia importantes progressos no processo de integração;
- Reforça a legitimidade da União ao fortalecer os poderes do Parlamento Europeu enquanto co-legislador;
- Confere aos Parlamentos nacionais um papel de maior protagonismo no processo de decisão europeu, nomeadamente pela criação de condições para um

respeito mais estrito do princípio de subsidiariedade, garantindo que as decisões são tomadas o mais próximo possível dos cidadãos; e

- Alarga o campo da votação por maioria qualificada no Conselho e abre as deliberações legislativas do Conselho ao público, agilizando e tornando mais transparente o próprio funcionamento da União.

O texto igualmente reforça e cria condições para uma maior consistência da acção externa da União, bem como moderniza significativamente as disposições no campo da justiça e dos assuntos internos, permitindo uma acção comunitária mais eficaz na luta contra o terrorismo, na gestão dos fluxos migratórios e na livre circulação de cidadãos.

Acresce ainda a inclusão de uma Carta de Direitos Fundamentais com carácter vinculativo no corpo do Tratado, juntamente com a confirmação explícita dos valores e objectivos da União, matéria que considero primordial e que, para além de constituir uma evidente mais-valia para a Europa, confere um carácter ao texto que o distingue, em termos políticos, dos Tratados em vigor.

A Europa não deve ter medo de assumir a escolha por um verdadeiro compromisso de integração política e económica à

altura dos desafios que o mundo global hoje coloca. Mas tem que o fazer com os cidadãos – e é por isso que o debate alargado a toda a sociedade é, hoje, indispensável.

2. A Agenda Europeia: os desafios da União Europeia

Mas é importante que o debate não se limite ao Tratado. Esta oportunidade deve ser aproveitada para se fazer um debate mais alargado sobre a Europa, sobre a sua natureza e o seu futuro.

Nos desafios da União Europeia, incluo aquelas questões que estão mais próximo do cidadão e, em particular, os temas do crescimento e emprego. Considero, aliás, que a Europa pode fazer mais pelo crescimento económico e pelo emprego.

3. Europa como projecto político e civilizacional: balanço de Portugal na União Europeia

Mas também, o facto de estarmos a celebrar vinte anos de adesão, bem como a circunstância de no segundo semestre do próximo ano Portugal assumir a Presidência da União Europeia, propicia que o debate não passe ao lado de um certo balanço da nossa participação no projecto europeu. Um balanço onde, obviamente, existem pontos positivos e

negativos. Creio que este debate será da maior utilidade, não só do ponto de vista informativo, mas também formativo.

Vinte anos volvidos, considero o balanço francamente positivo. Tem sido um período ímpar de crescimento que nos concedeu uma oportunidade única para nos afirmarmos, na Europa e no Mundo, como um País moderno e progressista.

Portugal soube, nesse período, não apenas estar na vanguarda da integração europeia, mas também marcar a agenda e a evolução comunitária. Portugal participou em todos os núcleos pioneiros que visaram o aprofundamento do projecto europeu, da moeda única ao Acordo de Schengen. Portugal também assumiu uma atitude construtiva na vida da União, delineando e promovendo a Agenda de Lisboa, moldando a PESC e a PESD, e enriquecendo o relacionamento do espaço europeu com os seus parceiros de Leste, com África, Ásia e a América Latina.

A verdade é que, do ponto de vista interno, com a adesão o país adquiriu uma estabilidade política e um crescimento sem precedentes. O país tornou-se mais aberto, o que facilitou o acesso a novos mercados e consumidores, o incremento do investimento externo e melhores oportunidades comerciais.

4. Conclusão

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A importância de pertencermos à União Europeia, contudo, não se cinge aos domínios económico e social e nem sempre se consegue traduzir por números.

A opção que Portugal tomou ao participar de forma plena no projecto europeu traduz a escolha de um projecto de paz, de liberdade, de democracia, e de solidariedade. Representa, ao fim ao cabo, a opção por uma determinada identidade.

Neste contexto, é para mim motivo de orgulho que Portugal pertença e participe activamente no projecto de integração europeia. É motivo de orgulho que os países europeus tenham optado por partilhar uma parte da sua soberania em prol da paz, do desenvolvimento económico e do bem-estar das suas populações.

É motivo de orgulho e é motivo para que continuemos a lutar pelo desenvolvimento e aprofundamento do projecto europeu, mesmo quando os ventos parece não correrem de feição.

O projecto europeu continua a ser, do meu ponto de vista, um dos projectos mais mobilizadores, mais importantes e mais generosos, para o Mundo, para a Europa e para Portugal.

Muito obrigado.